



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO**

**1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA**

**1.1 Nome completo:** Superintendência Regional no Estado de Goiás – SR/DPF/GO

**1.2 CNPJ:** nº 00.394.494/0026-94

**1.3 Natureza jurídica:** Unidade Gestora de Órgão da Administração Direta do Poder Executivo

**1.4 Vinculação ministerial:** Departamento de Polícia Federal/Ministério da Justiça

**1.5 Endereço:** Av. 5ª Radial esquina com Alameda Eugênio Jardim, Setor Marista, CEP 74.823-030, Goiânia, Telefone: (62) 3240-9600, Fax: (62) 3212-6425, e-mail: sec.gab.srgo@dpf.gov.br

**1.6 Endereço da página institucional na internet:** [www.dpf.gov.br](http://www.dpf.gov.br)

**1.7 Gestões e Unidades Gestoras Utilizadas no Siafi**

- Gestão 30108 – Tesouro;
- Gestão 30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL.
- Unidades Gestoras – 200376 (Tesouro) e 200377 (FUNAPOL) - Superintendência Regional do DPF no Estado de Goiás – SR/DPF/GO

**1.8 Norma de criação e finalidade da Unidade:**

O Departamento de Polícia Federal – DPF, órgão a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea “f”, do Anexo I, do Decreto nº 4.720, de 5 de junho de 2003, instituído por lei como órgão específico e singular, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade executar, especificamente, em todo o território nacional, as seguintes atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e na legislação complementar:

- a) apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
- b) prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
- c) exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
- d) exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;
- e) coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e
- f) acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

### **1.9 Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame**

De acordo com o art. 5º da Portaria 1.300, de 4 de setembro de 2003, do Ministério da Justiça, publicada no Diário Oficial da União nº 172, Seção I, página 17, de 5 de setembro de 2003, a Superintendência Regional de Goiás tem a seguinte estrutura:

- 1. Superintendência Regional – SR
  - 1.1. Núcleo de Inteligência Policial – NIP
  - 1.2. Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI
  - 1.3. Setor de Recursos Humanos – SRH
  - 1.4. Setor Técnico-Científico – SETEC
  - 1.5. Setor de Administração e Logística Policial – SELOG
    - 1.5.1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira – NEOF
    - 1.5.2. Núcleo Administrativo – NAD
  - 1.6. Delegacia Regional Executiva – DREX
    - 1.6.1. Núcleo de Custódia -CUSTÓDIA
    - 1.6.2. Núcleo de Cartório – NUCART
    - 1.6.3. Núcleo de Operações – NO
    - 1.6.4. Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG
    - 1.6.5. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV
    - 1.6.6. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ
    - 1.6.7. Delegacia de Defesa Institucional – DELINST
    - 1.6.8. Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP
    - 1.6.9. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

- 1.7. Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR
- 1.7.1. Delegacia de repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT
- 1.7.2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM
- 1.7.3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE
- 1.8. Corregedoria Regional de Polícia Federal – COR
- 1.8.1. Núcleo de Disciplina – NUDIS
- 1.8.2. Núcleo de Correições – NUCOR

## **1.10 Publicação no DOU do Regimento Interno ou Estatuto da Unidade**

Portaria nº 1.825, de 13 de outubro DE 2006(Publicada na seção 1 do DOU nº 198, de 16/10/2006)

## **2. OBJETIVOS E METAS**

Cada Superintendência Regional do DPF estabelece metas anuais onde a Unidade define o que vai executar no exercício. Estas metas estão obrigatoriamente relacionadas às atribuições da Polícia Federal (Policiais), a melhoria institucional (Institucionais) e a melhoria das condições da atividade meio (Administrativas).

### **2.1 Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que trata as contas.**

Esta Unidade Gestora não é responsável por Ações (projetos ou atividades) descritas no Plano Plurianual do Governo Federal, sendo a execução e monitoramento de responsabilidade das Unidades Centrais.

### **2.2 Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários.**

Esta Unidade Gestora não é responsável por Ações (projetos ou atividades) descritas no Plano Plurianual do Governo Federal, sendo a execução e monitoramento de responsabilidade das Unidades Centrais.

### **2.3 Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa.**

Esta Unidade Gestora não é responsável por Ações (projetos ou atividades) descritas no Plano Plurianual do Governo Federal, sendo a execução e monitoramento de responsabilidade das Unidades Centrais.

### **2.4 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas.**

Os Planos de Metas são encaminhados anualmente ao DLOG/DPF, mediante ofício, de acordo com as orientações de cada unidade executora.

As metas estabelecidas para 2006 foram encaminhadas via Ofício nº 404/2006 – SRA/SR/DPF/GO, subscrito pelo Chefe do SELOG à época, Sr. RAUL BARBOSA EVANGELISTA, destinando-se à inserção no Plano de Tomada de Contas Anual.

**Segue abaixo a relação das metas desta SR:**

### **METAS POLICIAIS**

**Meta 1:** Identificar pista de pouso clandestina e estradas de acesso utilizadas para o narcotráfico e contrabando de armas e munições.

**Objetivo/Finalidade:** Impedir o acesso de entradas de narcotráfico e contrabando de armas e munições na região para que não sejam distribuídos a outras unidades da federação.

**Meta 2:** Instalar barreiras policiais no interior, principalmente, nas estradas que demandam outros Estados.

**Objetivo/Finalidade:** Combater ostensivamente o acesso de entradas de narcotráfico e contrabando de armas e munições na região para que não sejam distribuídos a outras unidades da federação.

**Meta 3:** Intensificar a fiscalização nas empresas que fornecem produtos químicos.

**Objetivo/Finalidade:** Controlar e evitar o desvio de produtos químicos para as outras unidades da federação.

**Meta 4:** Fazer acompanhamento dos conflitos agrários e invasões de terras indígenas.

**Objetivo/Finalidade:** Evitar conflitos em razão de grandes áreas improdutivas e devolutas, assim como, envolvendo silvícolas.

**Meta 5:** Intensificar a fiscalização do trabalho irregular de estrangeiros, aliciamento e tráfico internacional de mulheres.

**Objetivo/Finalidade:** Reduzir crimes de falsificação de documentos para emissão de passaportes e vistos.

**Meta 6:** Realizar operação de combate a furtos a bancos.

**Objetivo/Finalidade:** Reduzir o número de furtos a bancos.

**Meta 7:** Realizar operações de combate contra crimes financeiros.

**Objetivo/Finalidade:** Diminuir os crimes financeiros realizados, principalmente, por meio da Internet. Reprimir a pirataria, lavagem de dinheiro, fraude bancária, via internet.

### **METAS ADMINISTRATIVAS**

**Meta 1:** Implantar uma biblioteca com doutrina, legislação e jurisprudência atualizadas.

**Objetivo/Finalidade:** Melhorar o conhecimento dos servidores lotados na Corregedoria.

### **METAS INSTITUCIONAIS**

Não foram previstas metas institucionais para a Unidade Gestora

### 3. INDICADORES OU PARÂMETROS DE GESTÃO:

**3.1 Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas:** Percentual de execução das Metas.

**3.2 Descrição e tipo de indicador:** O indicador tem por objetivo a melhoria dos serviços prestados pelo Departamento de Polícia Federal, sendo a Eficiência o indicador utilizado para verificar o desempenho da gestão.

**3.3 Fórmula de cálculo e método de medição:** Cociente percentual da divisão da soma das metas atingidas pelo total das metas.

Metas	Quant.	Metas atingidas	% de Metas atingidas
<b>Policiais</b>	07	06	$(6/7)*100\% = 85,71\%$
<b>Administrativas</b>	01	01	100%
<b>Total</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	$(7/8)*100\% = 87,5 \%$

**3.4 Responsável pelo cálculo/medição:** EPF Paulo Henrique Fernandes Veiga, Chefe do SELOG.

### 4. ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS E MEDIDAS ADOTADAS PARA SANEAR DISFUNÇÕES DETECTADAS

#### METAS POLICIAIS

**Meta 1:** Identificar pista de pouso clandestina e estradas de acesso utilizadas para o narcotráfico e contrabando de armas e munições.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Mapeamento dos possíveis locais, visando impedir o acesso de aeronaves clandestinas.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
00	01	02

**Avaliação do resultado:** Foram localizadas pistas de pouso clandestinas, sendo as mesmas interditadas. Entretanto, em virtude da falta de equipamentos necessários para a realização de um mapeamento amplo, como: helicópteros, equipamentos de monitoramento com maior eficácia, a meta foi realizada aquém do esperado.

**Atingida:**  SIM  NÃO

**Medidas adotadas para sanear as disfunções detectadas:** Foi atualizado o sistema de monitoramento.

**Meta 2:** Instalar barreiras policiais no interior, principalmente, nas estradas que demandam outros Estados.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Realização de barreiras ostensivas.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
01	02	01

**Avaliação do resultado:** Com apoio de um trabalho criterioso do Serviço de Inteligência, foram realizadas diversas autuações em flagrante delito oriundas do Paraguai, bem como, apreensão de grande quantidade de cigarros estrangeiros, carretas, caminhões e ônibus utilizados para o transporte ilícito da mercadoria.

**Atingida:**  SIM  NÃO

**Meta 3:** Intensificar a fiscalização nas empresas que fornecem produtos químicos.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Designação de policiais para compor novas comissões de fiscalização de produtos químicos.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
02	06	31

**Avaliação do resultado:** Foram desenvolvidas comissões visando intensificar a fiscalização nas empresas.

**Atingida:**  SIM  NÃO

**Meta 4:** Fazer acompanhamento dos conflitos agrários e invasões de terras indígenas.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** -

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
02	01	01

**Avaliação do resultado:**

**Atingida:**  SIM  NÃO

**Medidas adotadas para sanear as disfunções detectadas:** O Setor responsável somente realizou atividades rotineiras, devido à falta de servidores, entretanto, foi sanada com a lotação de novos servidores.

**Meta 5:** Intensificar a fiscalização do trabalho irregular de estrangeiros, aliciamento e tráfico internacional de mulheres.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Intensificação de operações nos estabelecimentos comerciais e divulgação do novo sistema de Disk Denúncia.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
------	------	------

00	01	01
----	----	----

**Avaliação do resultado:** Diversas operações, em conjunto com o Mato Grosso e Minas Gerais, coibiram ação de quadrilhas de tráfico internacional de mulheres e travesti, tais como: Operação Tarantela, Castela/Madri e Canaã, resultando muitas apreensões, sendo, essas operações, motivadas possivelmente pela ação repressiva às atuações de quadrilhas que operavam no tráfico de pessoas para o exterior, tanto para fins de trabalho, quanto para exploração sexual.

**Atingida:**  SIM  NÃO

**Meta 6:** Realizar operação de combate a furtos a bancos

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Monitoramento de quadrilhas e realização de diligências preventivas nas agências bancárias.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
00	01	02

**Avaliação do resultado:** As denúncias realizadas no Disk Denúncia foram essenciais para desmantelar quadrilhas de assalto a banco que, por sua vez, evitaram assaltos em diversos estados. Atualmente, encontra-se em andamento operação de âmbito interestadual, envolvendo 09 estados da federação.

**Atingida:**  SIM  NÃO

**Meta 7:** Realizar operações de combate contra crimes financeiros.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Monitoramento pelo telefone, com autorização judicial.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:**

2004	2005	2006
00	02	06

**Avaliação do resultado:** Foram realizadas diversas operações, tais como: Dublê, Boneco de pano, Grandes Lagos e Replicante, resultando em apreensão de materiais de mídia, CD, DVD e HD, como também, diversas prisões preventivas e temporárias. Vale ressaltar que a Delegacia Especializada no combate aos crimes financeiros começou a desenvolver suas atividades em 2005.

**Atingida:**  SIM  NÃO

## METAS ADMINISTRATIVAS

**Meta 1:** Implantar uma biblioteca com doutrina, legislação e jurisprudência atualizadas.

**Indicador ou parâmetro utilização na análise:** Aquisição de livros.

**Metas físicas e financeiras alcançadas:** Implantada uma biblioteca localizada no 1º andar desta Superintendência Regional, com 12 (doze) cadeiras e aparelhagem completa de áudio e vídeo para cursos e palestras. Foram gastos aproximadamente R\$ 35.000,00 reais.

**Avaliação do resultado:** Facilitou o acesso às matérias pertinentes ao serviço executado.

**Atingida:**  SIM  NÃO

**METAS INSTITUCIONAIS**

Não foram previstas metas institucionais para a Unidade Gestora.



## 5. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS:

TIPO	Código SIAFI/ SIASG	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos (nº processo e do termo, data assinatura, vigência, etc)	Objeto da Avença	Data de Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Total Recebido/ Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão Social e CNPJ)	Situação da Avença
Convênio	Resolução nº 01-SENAD, de 1/09/2006	05/2006-SENAD/ DPF	Equipamentos de investigação, reforma das instalações, mecanismos de segurança, instrumentos estes, capazes de auxiliar na prevenção e no combate permanente ao tráfico de drogas, tanto no âmbito estadual como Nacional, contribuindo assim, com a promoção de políticas de prevenção ao uso de drogas e substâncias afins.	Publicado no B.S. 169 de 30/08/06	329.936,00	329.936,00**	-	1-Alissa Com de Celular e Informática CNPJ: 07.281.319/0001-81  2-Eletrônica Soft Ltda. CNPJ:01.989.764./0001-14  3-Bio Card Tecnologia Ltda. CNPJ:37.304.383/0001-00  4-Roberto Cervellini e Cia Ltda. CNPJ: 44.865.657/0006-00	Foram realizadas as seguintes ações para o alcance dos objetivos estabelecidos:  1- Aquisição de máquina fotográfica,  2- Ampliação do Sistema SOMBRA,  3- Instalação de acesso de segurança, e  4- Reforma do 1º andar.
Convênio	498617	01/2001	Contratação de estagiários	03/12/01	116.673,60	42.115,22	-	CIEE – Centro de Integração Empresa/Escola CNPJ: 61.600.839/0001-55 CNPJ: 61.600.839/0009-02	Foram contratados 5 estagiários Executado em 2006

\*\* O montante utilizado para o alcance dos objetivos foi de R\$ 237.076,00 (duzentos e trinta e sete mil e setenta e seis reais), sendo devolvido R\$ 92.860,00 (noventa e dois mil e oitocentos e sessenta reais) em virtude do prazo estabelecido para a conclusão dos procedimentos, qual seja 29/12/2006, e o prazo do recebimento do recurso, qual seja, 04/09/2006.

## 6. PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS:

### 6.1 Demonstrativos do Fluxo Previsto e do Fluxo Realizado:

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo Total	Empréstimo contratado (ingressos externos)	Contrapartida nacional	Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
				Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
*	*	*	*	Construção de abrigo para Gases Especiais na SETEC, viabilizada pela Dispensa de Licitação nº 82/2006, no valor de R\$ 7.000,00.	7.000,00	*	*	*
*	*	*	*	Instalação de Gases Especiais no SETEC, viabilizada pelo Pregão nº 13/2006, no valor de 47.540,00.	49.580,24	*	*	*

\* Esta unidade não é responsável pelo Projeto, de forma que não dispõe das demais informações, o que será detalhada pela unidade central gestora responsável pelo projeto no seu relatório de prestação de contas.

### 6.2 Avaliação crítica dos resultados alcançados nos projetos

A construção de abrigo e a instalação de Gases Especiais no SETEC foi necessária para o funcionamento do cromatógrafo a gás no Laboratório de Análise Química Instrumental, o que contribuiu para a realização de exames periciais para as investigações policiais relacionadas com o tráfico de drogas ilícitas.

Os procedimentos adotados para a execução do recurso demonstraram ser eficazes, uma vez que foram devolvidos R\$ 2.040,24 (dois mil, quarenta reais e vinte e quatro centavos) dos recursos destinados à Instalação de Gases Especiais, referente ao Pregão nº 13/2006, em virtude da realização de procedimento licitatório pelo menor preço.

## 7. PROJETOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL

Não se aplica a esta Unidade Gestora.

## 8. GASTOS COM CARTÕES DE CRÉDITO CORPORATIVO

Esta Unidade Gestora não teve gastos com cartões de crédito corporativo. Para 2007, a Unidade pretende utilizá-los.

## 9. PESSOAL

Os atos de admissão e desligamento de pessoal são providenciados pela SEDE/CRH/DGP/DPF, bem como os atos referentes aos processos de aposentadoria e pensão de pessoal.

### LOTAÇÃO DE PESSOAL NA UNIDADE GESTORA EM 2006:

#### Superintendência Regional em Goiás:

CARGO	TOTAL
Delegado de Polícia Federal	22
Perito Criminal Federal	14
Agente de Polícia Federal	119
Escrivão de Polícia Federal	42
Papiloscopista Federal	12
Auxiliar de Enfermagem	01
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	02
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	04
Técnico de Contabilidade	01
Telefonista	05
Agente de Vigilância	01
Farmacêutico	01
Contador	01
Agente Administrativo	28
Agente de Portaria	02
Motorista Oficial	02
Assistente Social	01
Médico	03
<b>TOTAL</b>	<b>261</b>

#### Delegacia de Polícia Federal em Jataí/GO

CARGO	TOTAL
Delegado de Polícia Federal	04
Agente de Polícia Federal	10
Escrivão de Polícia Federal	04
Papiloscopista Federal	01
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	01

<b>TOTAL</b>	<b>20</b>
--------------	-----------

### **Delegacia de Polícia Federal em Anápolis/GO**

<b>CARGO</b>	<b>TOTAL</b>
Delegado de Polícia Federal	03
Agente de Polícia Federal	17
Escrivão de Polícia Federal	12
Papiloscopista Federal	03
Datilógrafo	02
Agente Administrativo	02
Motorista Oficial	01
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>

- **Terceirizados:**

**Gerentes de rede com Curso Superior de Engenharia da Computação da SR/DPF/GO:** Contrato nº 03/2005-SR/DPF/GO / Empresa: Nortec Equipamentos Eletrônicos Ltda.

**Quantidade:** 02

**Limpeza e Conservação:** Contrato nº 12/2006-SR/DPF/GO / Empresa: Apêcê Serviços Gerais Ltda.

**Quantidade:** 21 (SR/DPF/GO: 16 / Delegacia de Polícia Federal em Anápolis/GO: 2 / Delegacia de Polícia Federal em Jataí/GO: 3)

- **Estagiários da SR/DPF/GO durante o exercício de 2006:**

Convênio nº 01/2001 – SR/DPF/GO / Centro de Integração Empresa-Escola-CIEE.

**Quantidade:**05

**Quantidade de cargos comissionados distribuídos por unidade:** Nesta SR há 4 (quatro) servidores com cargos comissionados: 1 (um) DAS 111.3 e 3 (três) DAS 101.1 e 22 (vinte e duas) funções gratificadas.

**Quantitativo de pessoal cedidos e requisitados:** Nesta SR há 2 servidores cedidos, sendo um para a Advocacia Geral da União-AGU e outro para Prefeitura Municipal de Goiânia-GO, e nenhum servidor requisitado.

**Diárias:** No que tange às programações orçamentárias da Unidade, foram atendidas, dentro das necessidades, as coberturas das despesas com diárias em missões policiais, no montante de R\$ 1.521.431,30 e diárias administrativas, no montante de R\$ 113.068,62, sendo suficiente para o atendimento às operações policiais executadas e aos serviços administrativos.

### **10. APURAÇÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS SOBRE A GESTÃO.**

Não houve denúncia nesta SR/DPF/GO.

## 11. CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Não foi apontada nenhuma irregularidade pelo Tribunal de Contas da União – TCU, nas atividades desenvolvidas pela Unidade no exercício de 2006.

A CGU encaminhou o Relatório nº 174757 (Plano de Providências), o qual foi respondido através do Ofício nº 8567/2006-GAB/SR/DPF/GO, de 20/11/2006, conforme descrito abaixo.

### 1. Relatório nº: 174757

**1.1 Item do Relatório:** 3.3.2.8 - Não quantificação das metas previstas.

**1.2 Recomendação:** Elaboração de um plano de metas com a quantificação das metas previstas, com o devido acompanhamento gerencial pela Unidade, com a finalidade de propiciar uma avaliação da eficácia e da eficiência dos resultados, corrigindo, tempestivamente, eventuais transtornos, como a alegada falta de recursos financeiros e humanos.

**1.3 Providências Adotadas:** Concordamos parcialmente com as recomendações da Equipe de Auditoria, sendo elaborado o Plano de Metas para 2007 com a finalidade de propiciar uma avaliação da eficácia e da eficiência dos resultados obtidos.

### 2. Relatório nº: 174757

**2.1 Item do Relatório:** 3.3.2.9 - Não apresentação dos Indicadores utilizados.

**1.2 Recomendação:** Adequação dos controles internos, com avaliação e acompanhamento das atividades desenvolvidas, e utilização de indicadores que expressem a eficácia, a eficiência e a economicidade da ação realizada.

**2.3 Providências Adotadas:** Discordamos da recomendação da Equipe de Auditoria, uma vez que as metas de 2005 foram executadas com eficiência, eficácia e economicidade. Diversas operações policiais foram realizadas com êxito, com o objetivo de combater o tráfico de drogas, desarticular organizações criminosas e apurar diversos crimes contra a sociedade. Contudo, a Superintendência encontrou obstáculos na execução de suas atividades, em virtude da necessidade de recursos humanos e financeiros. Entretanto, apesar das carências e dificuldades comuns a todo serviço público federal, principalmente a falta de pessoal, foi possível manter uma boa média de apreensões e de instaurações de inquéritos, e um alto grau qualitativo das atividades na Superintendência.

### 3. Relatório nº: 174757

**3.1 Item do Relatório:** 5.1.2.20 - Despesas realizadas por meio de Suprimento de Fundos enquadradas indevidamente como de natureza especial.

**3.2 Recomendação:** Cumprimento da IN nº 09/DG/DPF na realização de despesas através de suprimentos, inclusive, na aprovação da comprovação do mesmo pela Chefia imediata do suprimento. Recomenda-se, ainda, a abertura de sindicância, tendo em vista a reincidência em inobservância de normas regulamentares, com possível fuga à licitação e infração do inciso III do art. 116 da Lei nº 8.112/90.

**3.3 Providências Adotadas:** Concordamos parcialmente com as recomendações da Equipe de Auditoria, visto que os suprimentos de fundos foram utilizados em operações policiais e a IN/09/2004/DG/DPF prevê a excepcionalidade da concessão de Suprimento

de Fundos especiais, porém não estabelece o seu conceito; sendo, com isso, utilizado o Suprimento de Fundos para a atividade-fim do Departamento de Polícia Federal.

**4. Relatório nº: 174757**

**4.1 Item do Relatório:** 7.3.3.9 - Impossibilidade de análise dos processos de ajuda de custo.

**4.2 Recomendação:** Adoção de medidas que possibilitem que os pagamentos referentes à Ajuda de Custo sejam efetuados quando a Unidade estiver de posse do processo com toda a documentação comprobatória do mesmo.

**4.3 Providências Adotadas:** Discordamos das recomendações da Equipe de Auditoria, uma vez que esta unidade fez gestão junto à DRH/BSB no sentido de que todos os pagamentos de ajuda de custos só possa ocorrer após o envio de todo o processo original, visando dar condições de análise pela CGU. A DRH/BSB já está remetendo todos os processos de ajuda de custos para a unidade pagadora.

**5. Relatório nº: 174757**

**5.1 Item do Relatório:** 8.1.1.10 - Reduzido número de processos licitatórios instaurados em 2005 evidenciando falhas no planejamento orçamentário e financeiro.

**5.2 Recomendação:** Que o gestor envie esforços no sentido de planejar melhor as necessidades de consumo da unidade de modo a efetuar por meio de suprimento de fundos somente aquelas despesas impossíveis de serem previstas.

**5.3 Providências Adotadas:** Concordamos parcialmente com as recomendações da Equipe de Auditoria, visto que no exercício de 2006, foi elaborado um planejamento de compras para que todas as aquisições/prestações de serviços sejam realizadas através de Pregão Eletrônico. Os suprimentos de fundos só estão sendo concedidos para aquelas despesas imprevisíveis e/ou impossíveis de serem previstas.

**6. Relatório nº: 174757**

**6.1 Item do Relatório:** 8.1.3.6 - Fracionamento de Despesas

**6.2 Recomendação:** Utilização da licitação como regra para todas as aquisições, não somente com a finalidade de obter melhores preços, mas estabelecer parâmetros internos para as aquisições. Foi recomendado, ainda, que a dispensa de licitação seja aplicada apenas nas situações em que se configure uma excepcionalidade, conforme estabelecido no artigo 24 da Lei nº 8.666/93.

**6.3 Providências Adotadas:** Concordamos com as recomendações da Equipe de Auditoria, sendo todas as aquisições/serviços objetos de licitação, ficando a dispensa de licitação somente para aqueles casos em que se configure a sua excepcionalidade, conforme estabelecem os artigos 24, 25 e 26 da Lei nº 8666/93.

**7. Relatório nº: 174757**

**7.1 Item do Relatório:** 8.2.1.16 - Contrato de locação de imóvel sem avaliação da GRPU.

**7.2 Recomendação:** Que a Unidade acompanhe as informações da GRPU, objetivando a regularização da falha apontada, a fim de se atender o disposto no inciso X do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

**7.3 Providências Adotadas:** Discordamos das recomendações da Equipe de Auditoria, uma vez que a avaliação foi realizada pela Caixa Econômica Federal sem ônus para o órgão. Quando solicitada qualquer tipo de avaliação pela GRPU, a Unidade tem que

arcar com todas as despesas de deslocamento com os servidores, inclusive cedendo viaturas e motoristas, razão pela qual foi solicitada à referida entidade bancária a avaliação onde encontra-se instalada a Delegacia de Polícia Federal em Anápolis-GO, e o laudo enviado para a GRPU para homologação.

**8. Relatório nº: 174757**

**8.1 Item do Relatório:** 8.2.6.14 - Não anexação da comprovação de verificação do SICAF nos pagamentos efetuados.

**8.2 Recomendação:** Cumprimento do estabelecido na IN MARE n.º 05/95, sobre a consulta do SICAF antes dos pagamentos efetuados, bem como o acompanhamento processual dos pagamentos, e ainda, conferência criteriosa dos processos quando da conformidade documental.

**8.3 Providências Adotadas:** Concordamos com as recomendações da Equipe de Auditoria, uma vez que, embora o Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira consultasse o SICAF “on-line” antes de efetuar qualquer pagamento, deixava de anexar ao processo o documento impresso pelo sistema; falha essa já devidamente sanada, com a elaboração de normas internas para estabelecer diretrizes a respeito do procedimento de pagamento, em observância ao item 8.8 da Instrução Normativa nº 05 de 21/07/2005.

**9. Relatório nº: 174757**

**9.1 Item do Relatório:** 8.2.6.15 - Falta de recolhimento de Contribuição Previdenciária.

**9.2 Recomendação:** Providenciar quando do pagamento de mão-de-obra e de serviços a retenção da contribuição previdenciária, com vistas a cumprir o disposto no artigo 4º da Lei n.º 10.666/2003 e no artigo 216, inciso I, alínea "a" do Regulamento de Previdência Social aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99 com redação dada pelo Decreto n.º 4.729/2003.

**9.3 Providências Adotadas:** Concordamos com as recomendações da Equipe de Auditoria, sendo que, após a falha apontada pela CGU, foi encaminhado um servidor do Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira da SR/GO para, junto ao Ministério da Previdência Social, obter informações a respeito dos procedimentos a serem adotados quanto à retenção de contribuição previdenciária quando da realização dos pagamentos com mão-de-obra e serviços de pessoas físicas.

**10. Relatório nº: 174757**

**10.1 Item do Relatório:** 8.2.6.16 - Pagamentos irregulares.

**10.2 Recomendação:** Revisão do valor a ser recolhido pela Imobiliária Carmo, bem como dos procedimentos adotados e praticados atualmente pelo Setor Financeiro, com identificação de prováveis superposições e gargalos gerenciais.

**10.3 Providências Adotadas:** Concordamos parcialmente com as recomendações da Equipe de Auditoria, sendo encaminhado o Ofício nº 1.485/2006, solicitando que a Imobiliária Carmo recolhesse o valor recebido indevidamente. A empresa entrou com recurso alegando que a importância é devida e que o aluguel onde encontra-se instalada a Delegacia de Polícia Federal de Anápolis-GO está defasado no percentual de 58,94% (cinquenta e oito vírgula noventa e quatro por cento). O recurso foi encaminhado para a Advocacia Geral da União (AGU), para análise e parecer jurídico, sendo que, até o momento, esta Unidade Gestora não recebeu resposta daquela Douta Assessoria Jurídica.

**11. Relatório nº: 174757**

**11.1 Item do Relatório:** 8.2.7.4 - Ineficácia na fiscalização dos Contratos.

**11.2 Recomendação:** Adoção de medidas consistentes no cumprimento do disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

**11.3 Providências Adotadas:** Concordamos com as recomendações da Equipe de Auditoria, sendo realizada uma reunião com todos os fiscais de contrato, para que todos tomassem conhecimento de como proceder à gestão e fiscalização de contratos públicos. Na ocasião, todos cientificaram-se, conforme determina a Lei nº 8.666/93, artigo 73, quanto à: cautela, gestão de contrato, fiscalização do contrato, o que o fiscal pode e deve fazer, casos de recusa, gerenciamento dos incidentes contratuais, responsabilidade do fiscal e outros encargos, bem como, foi informado que a conduta omissiva do funcionário encarregado para o ofício, ou a incorreção no cumprimento do encargo que lhe foi atribuído pode gerar dano ao erário. Neste caso, além da responsabilidade no plano disciplinar, por exemplo, ele sofrerá as consequências de ordem civil, atraindo para si a responsabilidade legal de reparar o dano/prejuízo por ele causado.

**12. Relatório nº:** 174757

**12.1 Item do Relatório:** 9.2.2.9 – Conformidade contábil com restrição

**12.2 Recomendação:** Adotar controles internos que evitem a existência de conformidades com restrição, bem como efetivar o acompanhamento dos trabalhos pelos setores envolvidos.

**12.3 Providências Adotadas:** Concordamos com as recomendações da Equipe de Auditoria, sendo elaboradas normas internas para estabelecer as diretrizes da conformidade contábil, evitando assim o surgimento de restrições e buscando efetivar o acompanhamento dos trabalhos pelo setor competente.

**13. Relatório nº:** 174757

**13.1 Item do Relatório:** 9.2.4.2 - Inconsistências e fragilidades no processo de Conformidade Documental.

**13.2 Recomendação:** Manter controles internos capazes de prevenir e identificar as inconsistências no processo da conformidade documental, bem como rigoroso acompanhamento pelos responsáveis de todo o funcionamento e realização do ciclo da despesa. Recomendamos, também, a adequação do espaço físico organizacional das áreas administrativa e financeira, possibilitando melhores condições de trabalho para os respectivos servidores.

**13.3 Providências Adotadas:** Discordamos das recomendações da Equipe de Auditoria, uma vez que foram tomadas todas as providências necessárias para aprimorar a fiscalização e o acompanhamento da conformidade documental, sendo criada uma nova sala e adquirido um arquivo deslizante, possibilitando dar melhores condições de trabalho para os respectivos servidores. Toda a documentação encontra-se em um local seguro e de fácil acesso às UG's interessadas, bem como aos órgãos de controle interno e externo.

**12. DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DAS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, CUJO VALOR SEJA INFERIOR ÀQUELE ESTABELECIDO PELO TRIBUNAL EM NORMATIVO ESPECÍFICO, EMITIDO PELO SETOR COMPETENTE, CONFORME INCISO I DO ART. 7º DA INSTRUÇÃO**



**NORMATIVA TCU Nº 13, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1996 (DEVE SER APRESENTADO E CAPEADO EM VOLUME DESTACÁVEL DAS CONTAS COM NUMERAÇÃO PRÓPRIA DE SUAS FOLHAS).**

Não foram realizadas TCE nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Goiás.

**13. DEMONSTRATIVO RELACIONANDO AS TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS EM QUE, ANTES DE SEREM ENCAMINHADAS AO TRIBUNAL, TENHA OCORRIDO A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS FINANCEIROS REPASSADOS, MESMO QUE APRESENTADA INTEMPESTIVAMENTE, OU TENHA OCORRIDO O RECOLHIMENTO DO DÉBITO IMPUTADO, DESDE QUE COMPROVADA A AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ DO RESPONSÁVEL, CONFORME INCISO II DO ART. 7º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA TCU Nº 13, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1996.**

Não foram realizadas TCE nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Goiás.

**14. DEMONSTRATIVO CONTENDO INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS OCORRÊNCIAS DE PERDAS, EXTRAVIOS OU OUTRAS IRREGULARIDADES EM QUE O DANO FOI IMEDIATAMENTE RESSARCIDO, SEM QUE TENHA SIDO CARACTERIZADA A MÁ-FÉ DE QUEM LHE DEU CAUSA, TENDO, ASSIM, FICADO A AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE DISPENSADA DA INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL., CONFORME § 3º DO ART. 197 DO RI/TCU.**

Não foram perdas ou extravios nesta Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Goiás.

**15. DEMONSTRATIVO DAS DIÁRIAS INICIADAS EM FINAL DE SEMANA**

Encontra-se anexada ao final deste Relatório, a lista das diárias iniciadas em final de semana.

**16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.**

A Superintendência Regional em Goiás, preocupada com o cumprimento da missão do Departamento de Polícia Federal, executou suas atividades buscando apurar infrações penais, bem como prevenir e reprimir os crimes contra a sociedade, por meio de operações policiais, em consonância com as normas legais vigentes. A quantidade de laudos emitidos no exercício de 2006 foi considerável, os quais buscaram subsidiar as investigações sobre a incidência de crime. Diversas operações policiais foram realizadas

com êxito, com o objetivo de combater o tráfico de drogas, desarticular organizações criminosas e apurar diversos crimes contra a sociedade.

Por derradeiro, pela sua missão constitucional e pela credibilidade pública observada em diversas ocasiões no decorrer do exercício de 2006 e, ainda, pela seriedade com que são desenvolvidos os trabalhos, acredita-se que as atividades deste órgão policial federal, em todos os seus aspectos, continuam a fazer sentido e a ter relevância à sociedade, única e efetiva beneficiária de sua ação.

## 16.1 QUADRO DE OPERAÇÕES/ATIVIDADES

### Setor Técnico-Científico – SETEC

#### Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE
Contábil Econômico Financeiro	6
Arma e Balística	46
Documentoscopia (papel-moeda, grafotécnico e outros)	205
Merceológico	142
Entorpecentes e Psicotrópicos	112
Aparelhos eletroeletrônicos	55
Local	35
Material de Informática	73
Material audiovisual	21
Constatação de Dano Ambiental	2
Laudo preliminar de constatação	36
Em Veículo	125
Em Material	9
Reconstituição	2
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>

### Setor de Inteligência Policial - NIP

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Azahar, com 04 policiais do NIP.	São Paulo e outros Estados	Prender pessoas envolvidas com divulgação fotográfica, utilizando-se de crianças e adolescentes.	30 prisões 30 indiciados Apreensão de Drives, Hds, fitas VHS etc.
Boneca de Pano, com 06 policiais do NIP	Goiânia e outros Estados	Prender pessoas suspeitas de contrabandear artigos de armarinho.	21 prisões 21 indiciados Apreensão de carros, notas fiscais, documentação

			falsificada etc.
Cegonha, com 01 policial do NIP	São Paulo e outros Estados	Prender pessoas envolvidas em imigração ilegal de crianças.	18 prisões 18 indiciados Apreensão de certidões de nascimento e outros.
Cerol, com 03 policiais do NIP	Rio de Janeiro	Desarticular suposto esquema de corrupção e crimes contra a administração pública	17 prisões 17 indiciados
Tarantela, com 04 policiais do NIP	Goiás e Mato Grosso do Sul	Desarticular uma quadrilha de tráfico de seres humanos	06 prisões 06 indiciados
Castela, com 02 policiais do NIP	Goiânia	Prender pessoas envolvidas com o tráfico internacional de diamantes.	06 prisões 06 indiciados Apreensão de dinheiros, pedras etc.
Galáticos, com 03 policiais do NIP	Imperatriz/MA	Desarticular uma quadrilha envolvida com desvio de dinheiro de contas bancárias utilizando a Internet.	29 prisões 29 indiciados Apreensão de documentos com senhas bancárias, comprovantes de depósitos, notebooks, computadores, dois carros etc.
Madri, com 03 policiais do NIP	Goiás, outros Estados e Espanha	Desarticular quadrilha envolvida com tráfico internacional de pessoas.	13 prisões 13 indiciados
Replicante, com 05 policiais do NIP	Goiás e outros Estados	Desarticular uma quadrilha envolvida com desvio de dinheiro de contas bancárias utilizando a Internet.	58 prisões 58 indiciados Apreensão de notebooks, Cds, pen drive, Hds etc.
Sentença, com 01 policial do NIP	Maranhão e outros Estados	Reprimir crimes previdenciários na capital maranhense.	25 prisões 25 indiciados Apreensão de documentos
Tigre, com 03 policiais do NIP	Goiás e outros Estados	Desarticular uma quadrilha suspeita de remeter dinheiro para fora do País de forma ilegal.	35 prisões 35 indiciados

**Delegacia Regional Executiva - DREX**

**Núcleo Especial de Polícia Marítima – NEPOM**

Não existe o Setor nesta Superintendência Regional em Goiás-SR/GO.

### Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
TARANTELA, com participação do NIP	Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Minas Gerais.	Apurar crimes de tráfico internacional de travestis para a Itália.	05 andados de prisões cumpridos. 02 mandados de busca e apreensão cumpridos.
CASTELA/MADRID, com participação do NIP	Goiás e Espanha	Apurar crimes de tráfico internacional de mulheres.	09 mandados de prisões cumpridos, acompanhadas dos respectivos mandados de busca e apreensão.
CANAÃ	Goiânia e Guapó	Apurar crimes de falsificação de documentos para emissão de passaportes e vistos.	08 mandados de prisão expedidos 07 mandados de prisão cumpridos 06 mandados de busca e apreensão cumpridos.

### Índices

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Passaportes expedidos por ano	40.461
Extradições realizadas por ano	00
Carteiras de estrangeiros expedidas por ano	792
Deportações realizadas por ano	00
Expulsões realizadas por ano	01
Repatriações realizadas por ano	00
Prorrogação de prazo - turista	299
Pedido de Permanência	139
Pedido de Naturalização	18
Prorrogação de Prazo - Temporário	33
Valor arrecadado	R\$ 3.623.725,20

### Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

Este Setor desenvolveu apenas seus trabalhos rotineiros.

### Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
DUBLÊ	CE	Reprimir crimes de clonagem de cartões bancários.	02 prisões preventivas 02 prisões temporárias

			Apreensão de boletos bancários, cartões magnéticos e equipamentos de clonagem.
BONECO DE PANO	FIG	Reprimir crimes de descaminho de produtos de armarinho.	02 prisões temporárias. Apreensão de notas fiscais e outros documentos.
I-COMMERCE	GO CGPFAZ	Reprimir a pirataria via internet.	Apreensão de materiais de mídia (CD, DVD e HD).
GRANDES LAGOS	SP	Reprimir crime de lavagem de dinheiro.	01 Prisão temporária
BOLA DE FOGO	MS	Reprimir crime de contrabando de cigarros.	02 prisões temporárias Apreensão de diversos documentos e veículos.
REPLICANTE	GO	Reprimir fraudes bancárias via internet.	06 prisões em flagrante 44 prisões preventivas 11 prisões temporárias Apreensão de materiais de mídia, cartões bancários e veículos.
CONTROL+AL T+DEL	PA	Reprimir fraudes bancárias via internet.	Apreensão de materiais de mídia e boletos bancários.

#### **Delegacia de Defesa Institucional - DELINST**

Não foi realizada operação, apenas atividades administrativas.

#### **Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP**

Não foi realizada operação na Delegacia de Controle de Segurança privada-DELESP.

#### **Índices**

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Aplicação de multas por ano	65
Certificados emitidos por ano	4.626
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	1.538
Vistorias realizadas por ano	733
Auto de Notificação	63
Valor arrecadado	784.241,70

#### **Delegacia Especial no Aeroporto Internacional - DEAIN**

Não existe o Setor nesta Superintendência Regional em Goiás – SR/GO.

### **Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH**

Foi realizada apenas atividade administrativa no Setor.

### **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR**

### **Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros - DELEFIN**

Não foi criado o Setor nesta Superintendência Regional em Goiás-SR/GO.

### **Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM**

Nenhuma Operação foi desenvolvida no âmbito da Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM.

### **Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE**

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Cuia	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de Entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão de vários elementos ligados à quadrilha de traficantes cujos membros principais eram DÉRCIO e EDVAN, culminando com apreensões importantes, como a maior em quantidade de MACONHA do ano: 740 Kg (IPL 062/06), redendo aproximadamente 1300 Kg em apreensões de drogas.
Pantaneira	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão de vários membros da quadrilha encabeçada por PAULO CUIABANO, inclusive muitos de seus familiares, culminando com a apreensão de aproximadamente 80 Kg de cocaína.
Dominó	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão de vários elementos ligados ao fornecedor de maconha JOÃO VELHO, culminando com a apreensão de aproximadamente 50 Kg de maconha.
Arco-íris	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão de vários elementos ligados à quadrilha de JOSÉ ROSA, culminando com a apreensão de aproximadamente 300 Kg de cocaína até o momento..
Fronteira	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão de traficantes ligados a JONAS, culminando com a apreensão de considerável quantidade de maconha.

Macaxeira	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Não houve resultado satisfatório.
Satélite	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão de um dos homens mais procurados pelas Justiças de Rondônia e do Acre, LUIZ PEDRO, culminando com a apreensão de aproximadamente 600g de cocaína.
Outras	Goiás	Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes doméstico e internacional.	Prisão dos irmãos ERINELDO e ELIUDINO e alguns traficantes ligados aos mesmos, culminando com a apreensão de aproximadamente 10 Kg de cocaína.

### Índices

Tipos de Entorpecentes	Quantidades
Cocaína (Kg)	343,353
Crack (Kg)	-
Haxixe (Kg)	-
LSD (Un)	-
Lança-perfume (Fr)	-
MDMA (êxtase) (Un)	-
Maconha (Kg)	1.344,704
Merla (Kg)	-
Pasta base (Kg)	-
Pés de maconha (Un)	-
Psicotrópicos (Un)	-
Semente de maconha (Kg)	-
Cloreto de etila (L)	-
Heroína (Kg)	-

### Fiscalização de produtos químicos (tabelas e outros)

ATIVIDADES DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	QUANTIDADES
EMPRESAS FISCALIZADAS	31
CADASTROS APROVADOS	507
LICENÇAS RENOVADAS	315
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS - IMPORTAÇÃO	0
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS - EXPORTAÇÃO	0
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	0
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	0
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO - Kg)	0

VALORES ARRECADADOS - TAXAS	0
VALORES ARRECADADOS - MULTAS	0

### **Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT**

<b>PROCEDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADES</b>
Inquéritos Policiais instaurados	251
Inquéritos Policiais relatados	168
Cotas do MPF cumpridas	27
Expedientes pendentes	221
Oitivas	219
Reconhecimentos fotográficos	10
Representação por quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico	780
Cumprimento de mandados de prisões	70

### **Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR**

A Corregedoria desenvolveu suas atribuições regulamentares (IN nº 013/2005 e outros normativos), procurando, precipuamente, aprimorar os controles das atividades de Polícia Judiciária desenvolvidas nesta Regional e nas delegacias de Anápolis, com ênfase na celeridade, objetividade e racionalidade das investigações policiais, alimentação e atualização do SINPRO, bem como prescrutar as ações e/ou omissões dos servidores com repercussão na seara administrativo-disciplinar.

<b>PROCEDIMENTOS</b>	<b>INSTAURADOS</b>	<b>RELATADOS/ CONCLUÍDOS</b>	<b>EM ANDAMENTO</b>
1- INQUÉRITO POLICIAL	1.018	721	1.838
2- REGISTROS ESPECIAIS	04	00	04
3- CARTA PRECATÓRIA	435	274	153
4- PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	07	02	05
5- SINDICÂNCIA	07	05	02
6- PROCESSO ESPECIAL DE ACIDENTE DE SERVIÇO	02	02	00
7- INVESTIGAÇÃO PRÉVIA	00	00	00

### **16.2 DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JATAÍ/GO**



No aspecto geral, no ano de 2006, foi muito positivo para a Delegacia de Polícia Federal em Jataí-GO, pois, apesar das carências e dificuldades comuns a todo o serviço público federal, principalmente pela falta de recursos de pessoal e financeiro, foi possível manter uma boa média de apreensões e de instaurações de Inquéritos Policiais e um alto grau qualitativo das atividades da Delegacia.

<b>PROCEDIMENTOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
IPL's instaurados	202
IPL's relatados	180
IPL's em andamento	201
Pessoas presas	98

<b>MATERIAL APREENDIDO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
MACONHA (g)	1.815.164
COCAÍNA (g)	198.089
VEÍCULOS	24
MOTOS	02
CÉDULAS	57
BEBIDAS (GARRAFAS)	131
AGROTÓXICOS (Kg)	4.800
CIGARROS (PACOTES)	1.446
MUNIÇÕES (CARTUCHOS)	3.924
ARMAS	03
CD/DVD (UNIDADES)	89.450
ROUPAS (PACOTES/FARDOS)	68
BRINQUEDOS (CAIXAS/SACOLAS)	58
ELETRÔNICOS	127
PERFUMES (UNIDADES)	35
PNEUS	04
ISQUEIROS (CAIXAS)	02

A Delegacia de Polícia Federal em Jataí-GO buscou exercer suas funções na busca da manutenção da ordem pública, coibindo a prática de crimes com veemência, bem como atuando na repressão e prevenção dos atos ilícitos, através de ações de inteligência com os meios disponíveis, objetivando assim uma eficácia na execução das operações policiais previstas nos citados planejamentos operacionais.

### **16.3 DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM ANÁPOLIS/GO**

Na Delegacia de Polícia Federal em Anápolis-GO, apesar de carências e dificuldades comuns, principalmente pela falta de pessoal e recursos financeiros, foi possível manter uma boa média nas instaurações de Inquéritos Policiais e um alto grau qualitativo das atividades da Unidade.

	<b>Instaurados</b>	<b>Relatados</b>	<b>Andamento</b>	<b>Portaria</b>	<b>Flagrante</b>
--	--------------------	------------------	------------------	-----------------	------------------

<b>IPLs</b>	134	103	439	115	19
<b>TCOs</b>	12	08	04	10	02

	<b>RECEBIDAS</b>	<b>CUMPRIDAS</b>	<b>ANDAMENTO</b>
<b>Cartas PRECATÓRIAS</b>	65	50	15

**Núcleo de Imigração:**

<b>Passaporte Expedido</b>	<b>Taxa em Dobro</b>	<b>Passaporte inutilizado</b>	<b>Erro de Ofício</b>	<b>Valor Arrecadado</b>
8.087	R\$ 36.960,52	32	14	R\$ 762.445,29

**Comissão de Vistoria:**

<b>Banco</b>	<b>Empresas na Atividade de Segurança Privada</b>	<b>Carteira Nacional de Vigilantes</b>	<b>Escolas de Formação de Vigilantes</b>
R\$ 50.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 2.500,00

**Núcleo de Operações:**

<b>Mandados de Prisão cumpridos</b>	<b>Operações</b>
18	06

No aspecto geral, no ano de 2006 a Delegacia de Polícia de Anápolis-GO, buscou exercer suas funções na busca da manutenção da ordem pública, coibindo a prática de crimes com veemência, bem como atuando na repressão e prevenção dos atos ilícitos, através de ações de inteligência com os meios disponíveis, objetivando assim uma eficácia na execução das operações policiais previstas nos citados planejamentos operacionais.

## **16.4 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **TELECENTRO – SR/DPF/GO**

#### **PROJETO:**

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), em parceria com a ANP/DPF, lançou o programa SEGURANÇA E EDUCAÇÃO AO ALCANCE DE TODOS – SEAT, um ambiente de ensino-aprendizagem que tem o propósito de informar, formar, atualizar e especializar gratuitamente os operadores de Segurança Pública do Brasil.

Policiais civis, federais, rodoviários federais, militares, bombeiros e guardas municipais terão acesso aos cursos do SEAT, bastando inscrever-se no site, fazer o curso pela Internet e assistir às aulas no canal de Segurança Pública.

No intuito de promover e facilitar o acesso ao SEAT, a parceria SENASP/ANP colocou em funcionamento estruturas especiais em todas as unidades da federação: **os telecentros.**

Os inscritos não estarão limitados ou obrigados a realizar os cursos nos telecentros. O acesso poderá ocorrer tanto de casa como do trabalho, sem qualquer preocupação com o horário ou distância.

Os telecentros possuem quatro ambientes, todos eles dotados dos mais modernos recursos de informática, comunicação de dados e de apoio educacional.

### **Ambientes**

**Tele Sala:** é a sala destinada à assistência de vídeos, palestras ou conferências pela TV. A tele-sala destina-se também à assistência da programação de um canal privado de segurança pública e de canais corporativos abordando a gestão pública e privada.

**Sala web:** foi concebida como espaço onde poderão ser ministrados cursos presenciais – principalmente aqueles voltados para o aprendizado do uso da informática (Informática Básica) – ou frequentados pelos alunos dos cursos à distância, para assistir às aulas dos cursos em que estão inscritos, realizar alguma atividade presencial prevista na programação dos cursos, ou fazer alguma avaliação presencial.

**Sala da Tutoria:** Nela se instalam os tutores dos cursos à distância que se encontram em andamento. É a partir das estações de trabalho que os tutores têm acesso aos recursos de apoio à tutoria, como o Banco de Contribuição e a Biblioteca Virtual, de onde emanam as bases pedagógicas do Projeto.

Durante o ano de 2006 foram realizados pelo projeto de EAD 06 (seis) ciclos de cursos. Cada ciclo teve a duração de em média 04 (quatro) semanas. Cabe ressaltar que cada ciclo era composto de cursos voltados para a área da Segurança Pública e que cada curso é composto de duas vias educacionais: um curso formatado para a educação à distância, via internet, e uma para complementar a realizada por meio da TV.

No quadro abaixo citaremos os ciclos que tiveram alunos inscritos da SR/DPF/GO, o número de alunos inscritos e os cursos realizados por eles.

	<b>Nº DE ALUNOS INSCRITOS</b>	<b>CURSOS REALIZADOS</b>
1º CICLO	3	- Local de Crime, Isolamento e Prevenção; - Violência, Criminalidade e Prevenção.
3º CICLO	2	- Saúde ou Doença? De que lado você está?
4º CICLO	6	- Tráfico de Seres Humanos; - Violência, Criminalidade e Prevenção; - Direitos Humanos; - Local de Crime: Isolamento e Prevenção;

		- Uso legal da força.
5º CICLO	4	- Combate à Lavagem de Dinheiro; - Formação de Formadores da Polícia Federal.
6º CICLO	2	- Local de Crime: Isolamento e Prevenção; - Uso da Informação

Outra atividade executada pelo Telecentro foi a transmissão de tele-aulas, através dos canais dispostos pela DTCOM. Dentre os diversos cursos transmitidos, destacamos os seguintes:

- Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei de Execução Fiscal;
- Relacionamento Interpessoal;
- Administração de Conflitos;
- A Arte de Falar em Público;
- O Fator Humano nas Organizações;
- Programa de Preparação para Aposentadoria, dentre outros.

Algumas dessas tele-aulas foram gravadas e está-se montando um arquivo de cursos, ou seja, uma “videoteca”.

## **16.5 DA OTIMIZAÇÃO DOS SISTEMAS INFORMATIZADOS**

Visando otimizar os sistemas informatizados, propiciando maior facilidade na obtenção de dados estatísticos, foi implementado, através do Núcleo de Tecnologia da Informação, em setembro de 2006, o SISTEMA INFORMATIZADO DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES (SI2).

Consubstanciado em sistema de banco de dados, o SI2 foi concebido para se tornar a base de sistemas da SR/DPF/GO.

Como primeiro subsistema do SI2, foram inaugurados, ainda no mês de setembro de 2006, 2 (dois) subsistemas: o CONTROLE DE ORDEM DE MISSÃO POLICIAL; o CONTROLE DE ORDEM DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO.

Ainda no ano de 2006, foram iniciadas as elaborações de outros 6 (seis) subsistemas, os quais serão inaugurados no ano de 2007:

- 
- CONTROLE DE VEÍCULOS
- CONTROLE CARCERÁRIO
- CONTROLE DE PESSOAS
- CONTROLE DE CORREIÇÕES
- CONTROLE DE MATERIAIS
- CONTROLE DE DOCUMENTOS (em reformulação da base que já existia)

## **16.6 DA INSTITUIÇÃO DE NORMATIZAÇÕES**

Visando uniformizar e otimizar procedimentos internos, os quais necessariamente passam pelas respectivas normatizações, foi editada a Instrução de Serviço nº 001/2006-SR/DPF/GO de 25 de agosto de 2006, a qual institui os módulos informatizados denominados CONTROLE DE OMP – ORDEM DE MISSÃO POLICIAL e CONTROLE DE OSA – ORDEM DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO, no âmbito da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de Goiás e de suas descentralizadas.

No mesmo diapasão, foi dado início á estudo visando a reformulação da normatização relativa ao Sistema de Segurança da SR/DPF/GO, estando em fase de redação a instrução de serviço respectiva.

## **16.7 DA ESPECIALIZAÇÃO DE SERVIDORES**

A partir do segundo semestre de 2006, com a nova gestão, foi implantada política de aperfeiçoamento dos servidores lotados nesta Regional, visando propiciar renovação de conhecimentos em áreas específicas de atuação, além de atualização dos procedimentos já existentes.

No mês de julho de 2006, foi obtido junto à Academia Nacional de Polícia – ANP/DPF, um servidor daquela instituição de ensino policial, a qual ministrou palestra tendo como tema MOTIVAÇÃO E QUALIDADE, tendo como público-alvo todo o efetivo da Regional.

No mês de novembro de 2006, foi realizado um treinamento de 05 (cinco) dias sobre a Aplicação de Suprimento de Fundos, ministrado por uma servidora da DLOG/DPF aos supridos desta descentralizada, a pedido desta SR, no sentido de orientar quanto a legislação, comprovação e aplicação correta desses recursos.

No mês de agosto de 2006, foi determinada ao Setor Técnico-Científico – SETEC/SR/DPF/GO e ao Núcleo de Identificação – NIP/SR/DPF/GO, a elaboração de apresentação, tendo como público-alvo todos os servidores policiais desta Regional, acerca do tema PRESERVAÇÃO DE LOCAL, visando renovar conhecimentos inerentes aos procedimentos adequados de preservação de local de crime, com todas as evidências capazes de reunir provas de autoria e materialidade. À Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/GO, incumbiu dissertar sobre os aspectos legais quanto á colheita de elementos de prova. A apresentação se concretizou no dia 09.10.2006. No ano de 2007 o tema será reforçado com novas palestras, a terem como público-alvo, também, os servidores das descentralizadas em Jataí e Anápolis.

No início do mês de dezembro de 2006, foi determinado ao Núcleo de Informações - NI/SR/DPF/GO e a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR/SR/DPF/GO, a elaboração de apresentação, tendo como público-alvo todos os servidores policiais desta Regional, acerca do tema SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES E DOS DOCUMENTOS, visando renovar conhecimentos inerentes a SEGURANÇA ORGÂNICA, cuja apresentação ocorreu em 01.03.2007. No ano de 2007

o tema será reforçado com novas palestras, a terem como público-alvo, também, os servidores das descentralizadas em Jataí e Anápolis.

## **16.8 DESEMPENHO**

No que diz respeito ao aumento de desempenho da SRGO em relação ao penúltimo exercício (2005), concluímos pelo resultado positivo na medida em que os laudos emitidos sistematicamente pelo SETEC/SR/GO apresentaram produtividade significativa. Como exemplos, podemos citar os laudos de Exame de Arma e Balística (37 em 2005 e 46 em 2006); Documentoscopia (143 em 2005 e 205 em 2006); Material de Informática (50 em 2005 e 73 em 2006); Material Audiovisual (12 em 2005 e 21 em 2006), Laudo em Veículo (0 em 2005 e 125 em 2006), dentre outros.

Das diversas ações operacionalizadas pelo NIP/SR/GO, resultaram em 2005 cerca de 218 prisões, enquanto que no ano de 2006 foram realizadas 248 prisões.

A DELEMIG/SR/GO, além da parte operacional que também apresentou números maiores em relação ao ano de 2005, apesar da redução no número de passaportes expedidos, efetivou a expedição de 792 carteiras de estrangeiros e deferiu 299 pedidos de prorrogação de prazo (turista) e 139 pedidos de permanência, o que resultou na arrecadação de R\$ 3.623.725,20 (três milhões e seiscentos e vinte e três reais e setecentos e vinte e cinco reais e vinte centavos).

A DELESP/SR/GO também apresentou aumento significativo na sua produtividade, como por exemplo, aplicação de multas (13 em 2005, e 65 em 2006); certificados emitidos (96 em 2005, e 4.626 em 2006); Carteiras de vigilantes expedidas (96 em 2005, e 1.538 em 2006); Autos de Notificação (63 em 2006), arrecadando o valor de R\$784.241,70 (setecentos e oitenta e quatro mil e duzentos e quarenta e um reais e setenta centavos).

A DRE/SR/GO, a par das operações realizadas, com a efetivação de inúmeras prisões, concluiu o ano de 2006 com a apreensão de mais ou menos 344 Kg de cocaína e 1.345 Kg de maconha, e com a fiscalização de 31 empresas, 507 cadastros aprovados e 315 licenças renovadas.

A DELEPAT/SR/GO apresentou em 2006, o número de 70 mandados de prisões cumpridos, em detrimento das 43 prisões efetuadas em 2005.

A DPF/JATAÍ apreendeu 1.800,164 Kg de maconha, 198,089 Kg de cocaína, 4.800 Kg de agrotóxicos, 1.446 pacotes de cigarros, 3.924 cartuchos(munições), 89.450 unidades de CD/DVD.

Goiânia-GO, 26 de março de 2007.

**LUIZ ADALBERTO PHILIPPSEN**  
**Superintendente Regional**  
**SR/DPF/GO**

